

ANEXO III

REGULAMENTO OPERACIONAL



REGULAMENTO OPERACIONAL

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

SEÇÃO I DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 1º Os serviços de transporte serão operados em rigorosa obediência às disposições da Lei Municipal nº 5.602/2002, este Regulamento e às normas e resoluções estabelecidas pelo ÓRGÃO GESTOR.

Art. 2º Cabe ao ÓRGÃO GESTOR determinar, mediante expedição de norma complementar, as características operacionais de cada linha, especialmente:

- I - o itinerário;
- II - o(s) terminal(is) de ponta e os pontos de parada intermediários;
- III - o tipo de serviço;
- IV - o veículo-padrão;
- V - o quadro de horários e a frota, programados para:
 - a) dias úteis, sábados e domingos ou feriados;
 - b) meses letivos, férias de verão e férias de inverno;
 - c) situações extraordinárias.

Art. 3º Nos veículos em que for permitido o transporte de passageiros em pé ficarão reservados e identificados, em cada unidade, 10% (dez por cento) dos assentos, para mulheres grávidas, deficientes físicos, idosos, e também assento para pessoas obesas.

§ 1º - Os passageiros que estiverem ocupando esses assentos ficam obrigados, pela ordem, a desocupá-los na medida em que os beneficiários se apresentarem.

§ 2º - A Operadora identificará esses assentos com aviso de advertência, padronizado pelo ÓRGÃO GESTOR.

Art. 4º O transporte poderá ser recusado ao usuário:

- I - que, por sua conduta, condição de saúde ou higiene, comprometa de qualquer forma a segurança, o conforto e a tranquilidade dos demais passageiros;
- II - que se apresentar em traje manifestamente impróprio ou ofensivo;
- III - quando a lotação do veículo estiver completa.

SEÇÃO II DO PESSOAL DA OPERAÇÃO

Art. 5º Somente poderão ser admitidos para trabalhar como motorista no Sistema de Transporte Público de Passageiros - STPP, os profissionais que preencham os seguintes requisitos:

- I - possuir CNH, no mínimo, na categoria "D" e dentro do prazo de validade;
- II - possuir curso específico para transporte de passageiros inserido no campo "observações" da CNH e dentro do prazo validade;
- III - apresentar certidão negativa criminal conforme exigência do art. 329 do CTB expedida pelas justiças estadual e federal, renovável a cada 05 (cinco) anos.
- IV - outros que venham a ser exigidos pelo Órgão Gestor, observada a legislação.

Art. 6º É proibido ao pessoal de operação, quando em serviço:

- I - portar armas de qualquer espécie;
- II - manter atitudes inconvenientes ou palavras ofensivas no trato com os usuários;
- III - recusar-se a obedecer às determinações emanadas da fiscalização do ÓRGÃO GESTOR;
- IV - ocupar, sentado, lugar de passageiro.

Art. 7º Constituem obrigações do pessoal de operação:

- I - respeitar as normas e determinações disciplinares e colaborar com a fiscalização do ÓRGÃO GESTOR no exercício de suas atividades, com informações e auxílio, quando solicitados;
- II - conduzir-se com atenção e urbanidade;
- III - prestar informações e atender as reclamações dos usuários;
- IV - apresentar-se em serviço higienizado, corretamente uniformizado e identificado;
- V - prestar socorro aos usuários, em caso de acidente ou mal súbito;
- VI - diligenciar a obtenção de transporte para os usuários, em caso de interrupção de viagem;
- VII - recusar o transporte de animais de médio e grande porte, ainda que em recipientes adequados, exceto cão-guia.
- VIII - recusar o transporte de plantas, material inflamável ou corrosivo e outros que possam comprometer a segurança ou conforto dos usuários;
- IX - facilitar o embarque e desembarque de passageiros, especialmente crianças, gestantes, pessoas idosas e deficientes;
- X - cumprir e orientar a proibição de fumar no interior dos veículos;
- XI - manter a ordem no interior do veículo;
- XII - impedir atividade de vendedor ambulante ou mendicância no interior do veículo;
- XIII - preencher corretamente todo e qualquer documento solicitado pelo ÓRGÃO GESTOR;
- XIV - fazer respeitar os espaços reservados para idosos, gestantes, deficientes físicos e pessoas obesas.

§ 1º A critério da CONCESSIONÁRIA, fica autorizado o uso de bermudas durante o exercício da atividade dos trabalhadores do transporte coletivo de passageiros;

§ 2º As bermudas deverão possuir comprimento não inferior a 05 (cinco) centímetros acima do joelho, devendo ser adotadas as cores padrão utilizadas pela empresa.

§ 3º Fica autorizado o uso de sandália bem fixadas aos pés durante o exercício da atividade dos(as) trabalhadores(as) do transporte coletivo de passageiros.

Art. 8º Sem prejuízo das exigências da legislação de trânsito e demais normas regulamentadoras, os(as) motoristas são obrigados(as) a:

- I** - respeitar os horários, itinerários e pontos de parada;
- II** - dirigir o veículo de modo a propiciar segurança e conforto aos passageiros;
- III** - manter velocidade compatível com o estado das vias, respeitando os limites legais e as determinações do ÓRGÃO GESTOR;
- IV** - evitar freadas ou arrancadas bruscas e outras situações propícias a acidentes;
- V** - não conversar além do essencial ao andamento do serviço, mantendo a atenção no trânsito enquanto o veículo estiver em movimento;
- VI** - fechar as portas antes de colocar o veículo em movimento e abri-las somente com o veículo parado;
- VII** - abastecer o veículo somente quando fora de operação regular;
- VIII** - recolher o veículo à garagem quando ocorrer indício de defeito mecânico que possa comprometer a segurança de usuários ou de terceiros;
- IX** - atender aos sinais de parada nos pontos estabelecidos;
- X** - embarcar e desembarcar passageiros apenas nos pontos estabelecidos, respeitadas as exceções legais quanto aos deficientes e à parada segura após as 22h conforme as leis 7.432/2013 e 7.654/2014 respectivamente.

SEÇÃO III **DAS EMPRESAS OPERADORAS**

Art. 9º Além do cumprimento das cláusulas constantes do contrato de concessão ou permissão, as empresas operadoras ficam obrigadas a:

- I** - prestar serviço adequado, com regularidade, continuidade e cortesia no tratamento dos usuários;
- II** - permitir e facilitar o exercício da fiscalização pelo ÓRGÃO GESTOR;
- III** - permitir, facilitar e auxiliar o trabalho do ÓRGÃO GESTOR no levantamento de informações e realização de estudos;
- IV** - manter frota adequada às exigências da demanda de passageiros;
- V** - realizar serviços extraordinários sempre que determinados pelo ÓRGÃO GESTOR, observados os itinerários, horários, tarifas e demais condições estabelecidas;
- VI** - emitir, comercializar recargas e controlar a utilização dos cartões eletrônicos, conforme legislação pertinente e determinações do ÓRGÃO GESTOR;
- VII** - adotar uniformes e identificação para todo o pessoal de operação;
- VIII** - cumprir as determinações emitidas pelo ÓRGÃO GESTOR;
- IX** - executar os serviços com rigoroso cumprimento de horários, frota, frequência, tarifa, itinerário, pontos de parada e terminais, de acordo com as determinações do ÓRGÃO GESTOR;
- X** - apresentar, sempre que forem exigidos, seus veículos para vistoria técnica, comprometendo-se a sanar as irregularidades apontadas antes de retorná-los à operação no sistema;

- XI - manter as características fixadas pelo ÓRGÃO GESTOR para os veículos em operação;
 - XII - preservar a inviolabilidade dos mecanismos controladores de passageiros e velocidade, dentre outros;
 - XIII - apresentar seus veículos para início da operação em adequado estado de conservação e limpeza, mantendo, em seu interior, lixeiras apropriadas para uso dos passageiros, realizando higienização no interior dos veículos diariamente com produtos químicos adequados;
 - XIV - manter programas contínuos de treinamento e capacitação para seus empregados, assegurando a eficiência do desempenho profissional, com a abordagem de questões referentes a relações humanas, direção defensiva, conservação do equipamento, legislação e primeiros socorros;
 - XV - no caso de interrupção de viagem, a empresa operadora fica obrigada a tomar imediatas providências para o seu prosseguimento, sem ônus adicional para os usuários;
 - XVI - adotar medidas de controle de emissão de poluição sonora e atmosférica provocada por seus veículos;
 - XVII - reservar assentos para uso preferencial de idosos, deficientes físicos, gestantes e obesos;
 - XVIII - a lotação máxima permitida nos veículos será a soma da capacidade de passageiros sentados mais 50 % (cinquenta por cento) de passageiros em pé;
 - XIX - manter no veículo cartaz, em local visível a todos, com os números de telefone e canais de contato para o usuário fazer reclamações, sugestões ou solicitar informações;
 - XX - Realizar exames médicos, admissional, periódico e demissional, por conta das operadoras, a todos os seus funcionários, conforme estabelecem as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
 - XXI - enviar ao ÓRGÃO GESTOR, sempre que solicitado, todos os dados que este julgar necessário para o planejamento, controle, fiscalização e administração do sistema.
- § 1º No cumprimento do disposto no inciso XVII do presente artigo, as empresas concessionárias ficam obrigadas a garantir aos idosos, deficientes físicos, gestantes e obesos, no mínimo 10% (dez por cento) de assentos reservados e identificados em todos os ônibus do transporte coletivo municipal.
- § 2º Os assentos de que trata o parágrafo anterior deverão ser destacados com cores diferentes para maior visibilidade e com tarjetas de identificação.

SEÇÃO IV DOS DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

Art. 10 São direitos e deveres dos usuários:

- I - ser transportado com segurança, conforto e higiene nas linhas, itinerários e horários fixados pelo ÓRGÃO GESTOR e em velocidade compatível com as normas legais;
- II - ser tratado com urbanidade e respeito pelas operadoras, através de seus prepostos e funcionários, bem como pela fiscalização do ÓRGÃO GESTOR;
- III - ter o preço das tarifas compatíveis com a modalidade dos serviços oferecidos;
- IV - ter acesso fácil e permanente, através do ÓRGÃO GESTOR, às informações pertinentes à operação, como itinerários, horários e outras características dos serviços oferecidos;

V - zelar e não danificar veículos e equipamentos públicos utilizados no serviço de transporte coletivo, arcando com os custos dos prejuízos que, deliberadamente causar aos mesmos;

VI - usufruir o direito do não pagamento da tarifa em casos de falta de troco, quando não exceder o limite de 10 (dez) vezes o valor da tarifa vigente para a modalidade ou tipo de serviço.

§ 1º - Ficam as gestantes, os obesos e demais passageiros notoriamente com dificuldade de transposição da catraca, dispensados de sua utilização sempre que solicitado ao pessoal da operação de bordo, não isentando os referidos passageiros do pagamento da tarifa, devendo, para tanto, ser girada a catraca manualmente na presença do usuário.

§ 2º - Não haverá, em hipótese alguma, nenhum tipo de restrição quanto à quantidade de passageiros beneficiados pelo parágrafo anterior.

Art. 11 É proibido aos usuários:

I - embarcar ou desembarcar dos veículos fora dos pontos de parada estabelecidos, ressalvados os casos específicos previstos em lei referentes às pessoas ou horários;

II - fumar no interior dos veículos;

III - arremessar dos veículos detritos ou qualquer objeto que possa causar algum dano;

IV - praticar atos que incomodem outros usuários ou o pessoal de operação, que ofendam a moral, prejudiquem a ordem e o asseio ou causem danos ao veículo e seus acessórios.

Parágrafo Único - O pessoal em serviço nos veículos, quando necessário, deverá solicitar a intervenção da autoridade policial para retirar do veículo o usuário faltoso.

CAPÍTULO II

DA DISCIPLINA DO SISTEMA

SEÇÃO I

DAS NORMAS GERAIS

Art. 12 Compete ao ÓRGÃO GESTOR verificar inobservância de qualquer das disposições da lei ou deste regulamento e aplicar à operadora infratora as penalidades cabíveis.

Art. 13 A inobservância dos preceitos da lei ou deste regulamento sujeitará o(a) infrator(a), conforme a natureza da falta, às seguintes penalidades e medidas administrativas:

I - advertência;

II - afastamento de preposto, temporária ou definitivamente;

III - retenção do veículo;

IV - remoção do veículo;

V - multa.

§ 1º A retenção de veículo será realizada, sem prejuízo de multa cabível, quando:

a) o veículo não oferecer condições de segurança, higiene ou trafegabilidade;

b) estiver o motorista dirigindo alcoolizado ou sob efeito de substância tóxica;

c) o mecanismo de controle de passageiros não estiver funcionando;

d) o veículo não apresentar os equipamentos obrigatórios ou estes estiverem defeituosos ou inoperantes.

§ 2º A remoção do veículo, sem prejuízo da multa cabível, será realizada pela Fiscalização, se necessário, com o auxílio da autoridade de trânsito, quando o veículo estiver realizando serviço não autorizado pelo ÓRGÃO GESTOR.

Art. 14 A aplicação de penalidade de multa far-se-á mediante processo iniciado pelo auto de infração, lavrado pelo Agente Fiscalizador do ÓRGÃO GESTOR e comunicado à infratora, através de notificação.

§ 1º O auto de infração será lavrado no momento em que for verificada a transgressão e deverá conter:

- I - nome da empresa;
- II - número de ordem ou placa do veículo;
- III - local, data e hora da infração;
- IV - linha e destino, sempre que possível;
- V - infração cometida e o dispositivo violado;
- VI - assinatura do autuante.

§ 2º A lavratura do auto se fará em pelo menos 03 (três) vias de igual teor, devendo o autuante, quando possível, colher assinatura do infrator ou preposto.

§ 3º Recusando-se o infrator ou preposto a assinar a autuação, o agente autuante consignará o fato no histórico do auto.

§ 4º O auto de infração, depois de lavrado, não poderá ser inutilizado, nem sustado o curso do processo correspondente, devendo o autuante remetê-lo ao setor competente, ainda que haja incorrido em erro ou engano no preenchimento, hipótese em que prestará as informações necessárias à correção.

§ 5º O auto de infração, em face dos antecedentes da infratora e a critério do ÓRGÃO GESTOR, poderá gerar pena de advertência, quando as circunstâncias em que ocorrer a infração revelar ausência de má fé.

Art. 15 Fica assegurado à infratora autuada, apresentar defesa, por escrito, perante o ÓRGÃO GESTOR do sistema no prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data em que tomar ciência do auto de infração, sem ônus para o recorrente e com efeito suspensivo até o seu julgamento.

Art. 16 A penalidade conterà determinações sobre as providências necessárias para a correção da irregularidade que lhe deu origem.

Art. 17 A infratora responderá civilmente pelos danos que causar a terceiros e aos bens públicos, na forma da lei.

Art. 18 As infrações classificam-se em 04 (quatro) grupos:

- I - GRUPO A: multa no valor de 223,21 URM;
- II - GRUPO B: multa no valor de 267,86 URM;
- III - GRUPO C: multa no valor de 401,78 URM;
- IV - GRUPO D: multa no valor de 892,86 URM;

SEÇÃO II DA FISCALIZAÇÃO

Art. 19 A fiscalização dos serviços será exercida por Agentes do ÓRGÃO GESTOR devidamente credenciados.

Art. 20 Ao Agente de Fiscalização compete:

I - orientar o pessoal da operadora quanto ao procedimento adequado nos serviços de que trata este regulamento;

II - advertir;

III - autuar;

IV - determinar reparo, limpeza e substituição de veículo;

V - efetuar a retenção e remoção de veículo, sendo esta última procedida com o auxílio da autoridade de trânsito, quando necessário;

VI - determinar a substituição de preposto ou membro da tripulação que se apresentar para a prestação dos serviços nas seguintes situações:

a) em visível estado de embriaguez;

b) em visível desequilíbrio emocional;

c) sob efeito de qualquer substância tóxica;

d) portando arma de qualquer espécie;

e) com enfermidade que possa colocar em risco a segurança do transporte ou dos passageiros;

VII - recolher, mediante contra recibo, qualquer documento relativo ao serviço;

VIII - solicitar o auxílio policial, quando necessário;

IX - outras atividades relacionadas ao bom andamento dos serviços de transporte.

SEÇÃO III **DA TIPIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES**

Art. 21 São infrações do GRUPO A:

A-01 não aguardar o embarque e desembarque de passageiros;

A-02 tratar o usuário com falta de urbanidade;

A-03 parar fora dos pontos autorizados;

A-04 apresentar-se desuniformizados;

A-05 quando em serviço, deixar de exibir crachá de identificação;

A-06 deixar de atender, nos pontos autorizados, sinal para embarque e desembarque;

A-07 não completar o itinerário, salvo motivo de força maior;

A-08 permitir atividade de vendedores durante o cumprimento dos itinerários;

A-09 permitir o transporte de animais e plantas fora dos padrões permitidos;

A-10 permitir que o pessoal de operação, ocupe assento destinado à passageiro;

A-11 circular o veículo sem iluminação suficiente no seu interior ou exterior;

A-12 deixar de comunicar à unidade gestora as alterações contratuais e mudança de membros da diretoria;

A-13 circular veículos apresentando defeitos que possam comprometer a segurança e conforto dos usuários.

Art. 22 São infrações do GRUPO B:

B-01 agredir verbalmente os usuários;

B-02 cobrar tarifa superior à autorização;

B-03 parar o veículo afastado do meio-fio para embarque ou desembarque;

B-04 atrasar ou adiantar horário sem motivo justificado;

Secretaria de Município de Mobilidade, Acessibilidade e Segurança - SMMAS

Av. Major Carlos Pinto, 660 B – Fone: (53) 3233.7294

Cidade Nova – CEP 96211-020 – Rio Grande – RS

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

BSA

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Secretaria de Município de Mobilidade, Acessibilidade e Segurança - SMMAS



- B-05 fumar no interior do veículo;
 - B-06 colocar o veículo em movimento ou trafegar com as portas abertas;
 - B-07 parar ou arrancar bruscamente o veículo;
 - B-08 conduzir veículo com defeito em qualquer equipamento obrigatório;
 - B-09 desrespeitar as determinações da fiscalização da entidade gestora;
 - B-10 abrir as portas com o veículo em movimento;
 - B-11 iniciar viagem fora do ponto preestabelecido de partida, desviar ou interromper itinerário antes do ponto final, exceto por motivo de força maior ou autorizado pelo Poder Concedente;
 - B-12 operar veículo com balaústres quebrados ou inexistentes;
 - B-13 veículo sem iluminação do letreiro indicativo;
 - B-14 extintor de incêndio inexistente ou descarregado;
 - B-15 piso furado ou com revestimento estragado;
 - B-16 expelir fumaça em níveis superiores ao permitido;
 - B-17 transitar com falta de tampa de reservatório de combustível ou tampa defeituosa;
 - B-18 silencioso defeituoso ou descarga livre;
 - B-19 falta de campainha ou luminoso;
 - B-20 deixar de providenciar transporte para os passageiros, em caso de avaria do veículo;
 - B-21 deixar de providenciar prontamente a retirada do veículo avariado e sua substituição;
 - B-22 iniciar a operação com o veículo apresentando falta de asseio;
 - B-23 Transitar com o veículo com excesso de lotação;
 - B-24 Deixar de manter atualizados no sistema GPS o prefixo dos veículos em circulação por linha, dificultando o monitoramento do Órgão Gestor;
 - B-25 Deixar de oferecer veículo auxiliar para atender a demanda de usuários sempre que o coletivo em operação apresentar lotação que impossibilite o atendimento;
 - B-26 Deixar de utilizar no painel frontal externo do coletivo o nome da linha na qual o mesmo está operando, causando confusão aos usuários que aguardam o transporte coletivo nas paradas;
 - B-27 Utilizar a placa de "lotado" em veículo que não esteja com lotação;
 - B-28 Utilizar a placa de "auxiliar" em veículo que esteja operando regularmente na linha como forma de dificultar a fiscalização do Órgão Gestor.
- Art. 23** São infrações do GRUPO C:
- C-01 interromper a viagem sem motivo justo;
 - C-02 recusar-se a devolver ou sonegar troco;
 - C-03 deixar de manter frota reserva em condições de operação;
 - C-04 abastecer ou efetuar manutenção de veículo com passageiro a bordo;
 - C-05 permitir o transporte de produtos inflamáveis ou corrosivos;
 - C-06 atrasar o horário do início da operação sem motivo justificado.
- Art. 24** São infrações do GRUPO D:
- D-01 dirigir com excesso de velocidade ou desobedecendo regras de trânsito;
 - D-02 portar arma de qualquer espécie ou trazê-la no veículo;
 - D-03 agredir verbal ou fisicamente, quando em serviço, o preposto da unidade gestora;
 - D-04 agredir fisicamente o usuário;
 - D-05 manter em operação veículos cuja a desativação tenha sido determinada;

- D-06 adulterar ou falsificar documentação ou fornecer dados falsos;
D-07 deixar de atender ou dificultar a ação da fiscalização;
D-08 deixar de socorrer usuário em caso de acidente;
D-09 deixar de apresentar ou retardar a entrega de informações solicitadas pela unidade gestora;
D-10 deixar de colocar em operação a frota estabelecida;
D-11 deixar de cumprir os itinerários fixados, salvo por motivo justificado;
D-12 deixar de realizar viagens preestabelecidas para cada linha, salvo por motivo justificado;
D-13 entregar a direção do veículo à pessoa não habilitada;
D-14 operar veículo sem dispositivo de controle de passageiros e quilometragem;
D-15 efetuar a linha intermunicipal ou municipal de transporte urbano sem a devida autorização do Município.

Art. 25 - Na hipótese de reincidência da infração o valor da multa poderá ser cobrado em dobro.

Art. 26 - Eventuais infrações não previstas neste capítulo serão avaliadas pelo ÓRGÃO GESTOR, que a classificará em um dos grupos do artigo 18.

